



proc. 63.320

LEI Nº. 8.011, DE 07 DE MAIO DE 2013

Veda descarte de produtos e materiais inservíveis nos locais que especifica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 30 de abril de 2013, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É vedado descartar produtos e materiais inservíveis em:

- I – áreas públicas;
- II – bocas-de-lobo;
- III – bueiros e poços de visita;
- IV – galerias de águas pluviais;
- V – cursos e reservatórios d'água e suas margens;
- VI – terrenos livres;
- VII – depressões e valetas de escoamento.

§ 1º. Para os fins desta lei, considera-se:

I – produtos e materiais inservíveis:

- a) lixo e objetos descartáveis;
- b) cartazes, faixas, placas e assemelhados;
- c) detritos, entulho, terra e resíduos de construção ou demolição;
- d) animais mortos;
- e) mobiliário e eletrodomésticos usados;
- f) folhagens e restos de podas;
- g) resíduos de limpeza de fossas ou de poços absorventes;
- h) óleo, gordura, graxa e similares;

i) qualquer outro material ou objeto considerado sem uso e inaproveitável, em estado sólido ou líquido;

II – áreas públicas:



(Lei nº. 8.011 - fls. 2)

- a) vias e logradouros públicos;
- b) praças, parques e jardins;
- c) canteiros de vias e logradouros públicos;
- d) passeios públicos e sarjetas;
- e) escadarias de uso público;

III - reservatórios d'água:

- a) represas;
- b) lagos e lagoas.

§ 2º. No caso dos terrenos livres, respondem conjuntamente tanto o proprietário da área quanto quem a explore, comercialmente ou não.

Art. 2º. As ações ou omissões que importem em violação desta lei ou das demais normas aplicáveis aos serviços de limpeza pública sujeitarão o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo das demais de natureza civil ou penal:

- I - advertência;
- II - multa de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), dobrada na reincidência;
- III - apreensão do material e/ou do veículo que o transporte;
- IV - limpeza do local e reparação dos danos provocados.

§ 1º. A multa poderá ser aplicada isoladamente ou em conjunto com outras sanções.

§ 2º. A devolução do material e/ou veículos apreendidos far-se-á após o recolhimento da multa cabível.

§ 3º. É assegurado ao infrator o direito de ampla defesa e de contraditório, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso, defesa ou impugnação do auto de infração, contados da data da autuação.

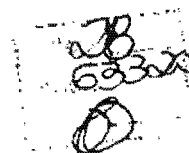
Art. 3º. O Executivo regulamentará a presente lei, dispondo sobre as ações fiscalizadoras competentes.

Art. 4º. São revogadas:

- I - Lei nº. 1.644, de 21 de novembro de 1969;



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



(Lei nº. 8.011 - fls. 3)

II – Lei nº. 1.862, de 20 de novembro de 1970; e

III – Lei nº. 3.140, de 23 de dezembro de 1987.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em sete de abril de dois mil e treze (07/05/2013).



GERSON SARTORI
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em sete de abril de dois mil e treze (07/05/2013).



WILMA CAMILO MANFREDI
Diretora Legislativa